



# Prefeitura do Município de Apiaí



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

## LEI MUNICIPAL Nº 53, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017<sup>1</sup>.

*Autoriza o Município de Apiaí a assumir o parcelamento junto ao CONDERSUL – Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudoeste do Estado de São Paulo de Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, realizado pela referida Associação, a fim de possibilitar a regularização dos débitos junto à referida Associação.*

LUCIANO POLACZEK NETO, Prefeito Municipal de Apiaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Apiaí aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**PUBLICAÇÃO**

Ato publicado nesta Secretaria Municipal no mural local e no jornal *O Expresso*  
 Edição de 20/01/18 página 14  
 Secretária de Administração PMA

**Artigo 1º:** Fica autorizado o Município de Apiaí/SP a participar e firmar o necessário para se beneficiar do Parcelamento instituído pelo CONDERSUL – Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudoeste do Estado de São Paulo, destinado a promover o parcelamento dos débitos havidos pelo Município de Apiaí/SP, vencidos até 31 de outubro de 2017, decorrentes das contribuições correlatas à participação na referida Associação.

**Parágrafo único:** O parcelamento dos créditos nos termos da Lei, deverá ser efetuado, por opção do requerente em 36 (trinta e seis) meses, conforme conveniência deste Município, através de prestações mensais e sucessivas, iniciando-se a partir de 1º de dezembro de 2017 mês subsequente ao da formalização do parcelamento.

**Artigo 2º:** Para os efeitos desta lei entende-se por créditos do CONDERSUL as contribuições mensais assumidas e necessárias para a manutenção de atividades, realizadas pelos Municípios associados.

<sup>1</sup> Esta Lei teve origem do Projeto de Lei nº 064, de 08 de novembro de 2017, de autoria do Prefeito Municipal.



# Prefeitura do Município de Apiaí



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

---

## CAPÍTULO II

### DO PEDIDO DE PARCELAMENTO

**Artigo 3º:** O ingresso no parcelamento dar-se-á por opção do município de Apiaí, através de autorização legislativa, inclusive.

**Artigo 4º:** Conforme depreende-se do Anexo 1 desta lei, a dívida existente pelo Município de Apiaí é de R\$ 151.118,57 (cento e cinquenta e um mil e cento e dezoito reais e cinquenta e sete centavos).

§1º: O parcelamento a que se refere o art. 1º desta Lei deverá ser requerido no período de 01 de novembro a 30 de novembro de 2017.

§2º: O pedido de parcelamento deverá ser formalizado junto ao CONDERSUL, após a autorização legislativa.

§3º: O pagamento da 1ª parcela deverá dar-se até o dia 10 de dezembro de 2017.

## CAPÍTULO III

### DA CONSOLIDAÇÃO DOS DÉBITOS E DO TERMO DE COMPROMISSO

**Artigo 5º:** A consolidação dos débitos terá por base a data da formalização do pedido de parcelamento e resultará compreendendo o valor integral do débito devidamente apontado nesta Lei.

**Artigo 6º:** Consolidado o débito, o Município de Apiaí assinará o correspondente Termo de Compromisso e Confissão de Dívida.

## CAPÍTULO IV

### DAS PRESTAÇÕES E DE SEU PAGAMENTO

**Artigo 7º:** O valor da parcela equivalerá o valor integral apurado considerando o valor do débito pelo número de parcelas.



# Prefeitura do Município de Apiaí



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

**Artigo 8º:** Conforme depreende-se do teor do parágrafo 3º do artigo 4º, a primeira parcela será paga até o dia 10 de dezembro de 2017, sendo que as demais se vencerão nos mesmos dias dos meses subsequentes.

## CAPÍTULO V

### DO CANCELAMENTO DO PARCELAMENTO

**Artigo 9º:** O parcelamento será cancelado automaticamente, nas hipóteses de inadimplência por três meses consecutivos.

**Artigo 10:** O cancelamento do parcelamento requerido nos termos da presente lei independerá de notificação prévio do Município de Apiaí/SP e implicará na imediata execução judicial dos débitos, considerando o saldo remanescente inadimplido.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 11:** A opção pelo parcelamento desta Lei, implica:

- I- na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos e configura confissão extrajudicial;
- II- na aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas em Lei.

**Artigo 12:** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apiaí - SP, 22 de Dezembro de 2017.

**LUCIANO POLACZEK NETO**  
Prefeito do Município de Apiaí